

Questão ambiental é sinônimo de polêmica

Flávio Rodrigues - Fevereiro de 1988

BRASÍLIA — Com respaldo dos ambientalistas de dentro e fora do país, o gaúcho José Lutzenberger assumiu a então recém criada Secretaria do Meio Ambiente pronto para recuperar a confiança das autoridades estrangeiras preocupadas com o futuro da floresta amazônica. Naqueles dias em que pipocavam notícias de grande devastação na cobertura vegetal do país, o secretário entrou para o governo com a missão de cumprir um compromisso herdado do ex-presidente José Sarney: sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.



Arrebatando até mesmo a simpatia dos verdes de oposição, o primeiro secretário nomeado exclusivamente para tratar da questão ambiental com fama de radical soube se desvencilhar das pressões para abandonar o cargo. Lutzenberger não conseguiu, entretanto, convencer o governo a incorporar todas as teses ambientalistas. Ao contrário do que planejava o secretário, a delegação brasileira que está negociando na última reunião preparatória do encontro internacional os temas da Rio-92, adotou o tom diplomático dos técnicos do Itamarati.

Até o dia 3 de abril, para desgosto de Lutzenberger, a missão brasileira no Prep-Com foi instruída a procurar evitar que o assunto floresta ganhe dimensões que possam obrigar os países em desenvolvimento a obedecerem limites de desmatamento. Orientada pela Comissão Interministerial para a Conferência (Cima), a delegação brasileira vem negociando com a recomendação de que o Brasil "não favorece a menção à negociação de uma convenção internacional sobre florestas".

"Reconheço algumas vitórias do governo Collor no setor ambiental, como a questão nuclear. Mas o saldo positivo deste governo é sobre temas que afetam a imagem do país no exterior", afirma o deputado federal e presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara, Fábio Feldmann (PSDB-SP). Depois de comemorar a nomeação de Lutzenberger para a Secretaria do Meio Ambiente, o deputado ecológico sente-se frustrado. "Nossas expectativas não se refletiram em ações concretas do governo", acrescenta.

Apesar do discurso de oposição, Fábio Feldmann, durante os 24 meses de governo, tomou parte do grupo de parlamentares que foi obrigado a mudar de lado para defender o secretário do Meio Ambiente. Alvo predileto de deputados governistas insatisfeitos com a política de preservação da Amazônia, Lutzenberger, em alguns momentos, como a demarcação da reserva indígena Ianomami, fez com que parlamentares governistas atacassem o Executivo, enquanto partidos de oposição saíam em defesa de um subordinado de Collor.

Para comandar as ações ambientais do governo, Lutzenberger assumiu o setor ainda em estruturação, com direito a um andar na Esplanada dos Ministérios e a coordenação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), um órgão mais famoso por suas ações de polícia fiscalizadora do que de execução da política ambiental. "O governo Collor assumiu o compromisso da Rio-92 sob pressões



Lutzenberger desagradou políticos e foi aplaudido pela oposição

externas, que vinham desde Sarney, em consequência de ocupação populacional equivocada", lembra a ex-presidenta do Ibama, Tânia Munhoz.

Escolhida por Lutzenberger para dirigir o órgão ambiental, que misturou na mesma instituição funcionários dos extintos IBDF, Sudepe e Sudevia (Superintendências da Pesca e do Desenvolvimento da Borracha), Tânia Munhoz durante grande parte do tempo em que permaneceu no cargo reforçava o discurso do seu superior. Em visitas ao exterior, Munhoz e o secretário afirmavam repetidas vezes que a floresta amazônica não tinha sido derrubada e que o governo federal estava disposto a assumir o compromisso de reverter o desmatamento.

"Cansei de mostrar em viagens à Europa mapas de satélite com as áreas intactas da floresta aos espectadores que tinham certeza que já não estava sobrando quase nada",

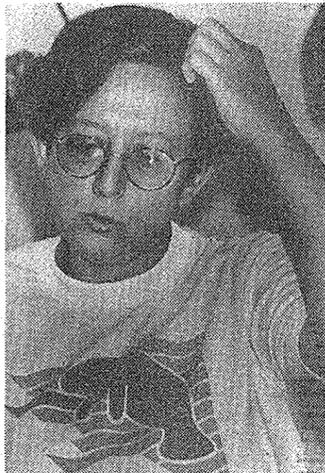
comenta à ex-presidenta do Ibama. Ao mesmo tempo, Munhoz diz que havia necessidade de coordenar um batalhão de fiscais com a missão de "demonstrar interna e externamente o cuidado que o país dispensava ao setor". A filosofia copiada do governo Sarney, no entanto, não durou muito e, em outubro do ano passado, o secretário nomeou seu secretário-adjunto, Eduardo Martins, o quinto presidente em três anos de funcionamento do instituto.

O atual presidente do Ibama faz questão de refutar a ideia de que Lutzenberger foi colocado à frente da Secretaria apenas "para inglês ver". E destaca que o fato de só aparecerem as ações que agradam os estrangeiros se explica pela falta de divulgação. "Não existe tratamento privilegiado para determinado assunto. Se priorizássemos a propaganda facilmente teríamos uma imagem melhor dentro do país", ressalta Martins.

Da repressão ao diálogo

Ibama muda estilo de atuação mas mantém a firmeza

Luiz Antonio - 3/10/1991



Tânia: batalhão de fiscais

Jamil Bitter - 10/10/1991

BRASÍLIA — O Ibama quer esquecer dos helicópteros recheados de fiscais de colete e boné no estilo da Polícia Federal, prontos para dar incertas em fazendas da Amazônia sob suspeita de desmatamento ilegal. "Nossa imagem agora pode ser simbolizada por uma pessoa com uma cenoura na mão e um chicote na outra", afirma o presidente do Ibama, Eduardo Martins. Cumprindo ordens do secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, Martins abandonou o aparato punitivo, que desde a criação do Ibama em 1989 lhe garantiu notoriedade nacional, e partiu para contato direto com os governadores e políticos que mais se opunham a atuação do órgão. "Não cedi às pressões. Apenas abri o diálogo e demonstrei a disposição de trabalhar junto com as autoridades locais", ressalva o presidente do instituto.

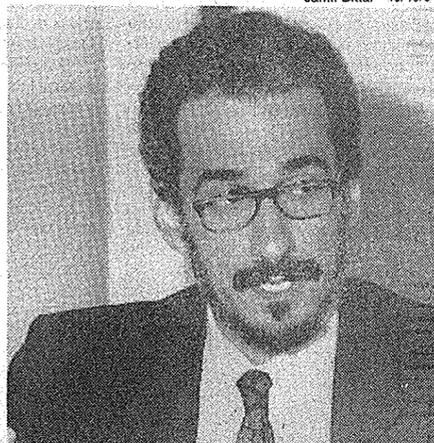
Adepto do estilo soft, inaugurado pelo presidente Fernando Collor no início do ano passado, Eduardo Martins assumiu o cargo no momento em que mais pesavam sobre o secretário as pressões políticas para abrandar a atuação dos fiscais e aceitar a exploração dos recursos naturais na região amazônica. Na época, a maioria dos deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava os riscos de internacionalização da Amazônia, chegaram a pedir a saída de Lutzenberger do governo. Segundo os congressistas, os fiscais do Ibama desciam de helicópteros armados com metralhadoras e multavam os pequenos produtores rurais.

Para preencher o espaço deixado pelo secretário pouco paciente nas conversas com parlamentares e no trato com a burocracia, o presidente do Ibama imita os passos dos articuladores políticos do governo. Pouco depois de assumir, passou a cultivar o hábito, mantido até hoje, de despachar toda quinta-feira pela manhã no gabinete da liderança do governo na Câmara dos Deputados. O costume, inadmissível há seis meses, só é adiado quando o dia coincide com as visitas frequentes do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, ao Congresso Nacional.

O presidente do Ibama contabiliza conversas com mais de 150 deputados, que reclamam de multas, mostram projetos e fazem pedidos. Apesar de às vezes aparecerem solicitações incomuns, Martins garante que 80% dos pleitos dos

parlamentares são legítimos. "Tem até deputado que não quer mostrar nem pedir nada. Apenas vem aqui para comentar uma notícia de jornal", conta o presidente do Ibama. Ele lembra que, no final do ano passado, um parlamentar de Rondônia chegou a pedir que o instituto resolvesse o problema de um mosquito que atacava seu gado.

"Muitas vezes aparecem pedidos que não podemos cumprir", afirma Eduardo Martins, ao citar a conversa, na última quinta-feira, com um deputado que reclamava de que uma empresa de cerâmica tinha sido fechada por infringir legislação ambiental. "Nesses casos, digo que vamos examinar a situação e orientar a empresa. Mas é bom porque fico sabendo que o pessoal das superintendências está fazendo um bom trabalho", completa.



A ferramenta de Martins é a persuasão

Rio ganha US\$ 200 milhões em obras

Junto com o cargo, o presidente Fernando Collor herdou do antecessor José Sarney a oportunidade de sediar o primeiro grande encontro de cúpula sobre meio ambiente. Anfitrião dos líderes mundiais que virão para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Brasil teve que se adequar aos padrões da Organização das Nações Unidas (ONU) para realizar o evento. Em tempos de contenção e contingenciamento, o governo brasileiro viu-se obrigado a investir para arrumar o Rio de Janeiro para os visitantes ilustres. As cifras ultrapassam a casa dos US\$ 200 milhões, que incluem desde os US\$ 70 milhões aplicados no serviço de telefonia, outros US\$ 60 milhões para reformas no aeroporto, até o orçamento liberado especialmente para o encontro, que ultrapassou os US\$ 70 milhões, além dos investimentos para a construção da Linha Vermelha e despoluição da Baía de Guanabara.

Depois de escolhida a cidade sede da

Conferência em setembro de 1990, em janeiro do ano seguinte, o Grupo de Trabalho Nacional (GTN) começou a preparar os detalhes para a reunião de cúpula que durará doze dias. "No primeiro momento, tivemos que entender o conceito da Conferência e a sua mecânica. Para isso, conversamos muito com os representantes da ONU", lembra o presidente do GTN, ministro Carlos Garcia. Segundo ele, após o desenvolvimento da planta que serviria de base para colocar o Rio centro de acordo com as necessidades do encontro, também foi esboçado o plano de recuperar a infraestrutura da cidade.

Analisadas as deficiências nas áreas de telecomunicações, segurança e hotelaria, o governo traçou estratégia que previa desde a antecipação da liberação de verbas para a companhia telefônica do estado, Telemig, até a preparação de esquema especial de segurança para os chefes de governo e estado. "Duplicamos a capacidade de ligações telefônicas com o exterior e também as conexões de televisão via satélite", enu-

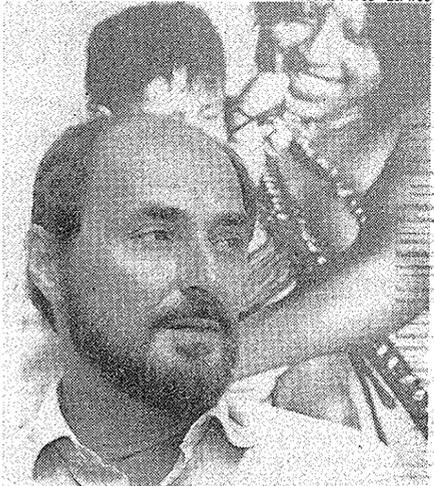
mera Garcia. Num acordo com a rede hoteleira do Rio de Janeiro, cerca de oito mil quartos foram reservados para as delegações estrangeiras.

Paralelamente à organização da Conferência, coube ao Itamarati coordenar uma comissão interministerial de meio ambiente (Cima) criada para definir as posições do Brasil na reunião. A Cima também ficou responsável pela elaboração do relatório nacional que todos os países participantes do encontro deviam apresentar à ONU. Até chegar ao texto final do relatório, em setembro do ano passado, foram mais de seis meses de discussões.

Transformado em livro, o relatório batizado de *O desafio do desenvolvimento sustentável* ditou o tom das posições brasileiras. Listando as grandes deficiências do país, o relatório não separa as questões ambientais das econômicas e sociais. Pelo contrário, destaca a importância do equacionamento do modelo de desenvolvimento para contornar os riscos ecológicos.

Índios conquistam direitos

Gilberto Alves - 25/1/1991



Possuelo: governo foi além da retórica

BRASÍLIA — O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sydney Possuelo, guarda de cabeça números que revela orgulhoso: 55% das áreas indígenas foram homologadas nos últimos oito meses do governo Collor e mais 24 novas reservas já estão aprovadas. "Nem tudo é perfeito, mas em pouco tempo conseguimos conquistar espaços para os índios brasileiros", comemora o sertanista. Com a simpatia do setor ambientalista do governo federal, no qual sempre encontra eco para novos pleitos indígenas, Possuelo detém, hoje, a guarda de mais de 31,3 milhões de hectares de áreas indígenas já demarcadas.

Amparada pela Constituição Federal, a Funai ainda faz planos para garantir, até 5 de outubro de 1993, a demarcação de mais 58,1 milhões de hectares. "O empurrão do governo foi além da retórica. Ao contrário de alguns governos que até agiam contra os índios", frisa o presidente da Funai. Apesar do tom eufórico, Possuelo, a exemplo do secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, também teve que enfrentar resistências dentro do governo.

A portaria que autorizou o início da demarcação das terras ianomamis, a maior reserva indígena do país, foi assinada pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, só depois que foram superados os argumentos dos militares de que a reserva causaria riscos à soberania brasileira. Colada na fronteira do país com a Venezuela, a reserva ianomami, com seus 9,4 milhões de hectares, poderia, segundo militares e políticos da região, abrir precedente para formação de uma nação indígena independente. As autoridades locais também alegavam que a demarcação abriria a área para futuras ingerências estrangeiras, em busca de riquezas minerais.

Citada em todas as reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a internacionalização da Amazônia, a reserva era tratada em tom de chacota pelos deputados. "Nem

se um índio passasse a vida inteira caminhando poderia conhecer toda a reserva", criticava o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, para quem não era lógico demarcar tanta terra para cerca de 9 mil ianomamis. A demarcação, no entanto, foi autorizada no dia 15 de novembro de 1991.

Após a solenidade de assinatura da portaria ministerial, a reserva ainda foi bombardeada por algumas denúncias de irregularidade na licitação para demarcação. Sem dinheiro para pagar a possível empresa vencedora da concorrência, o presidente da Funai abriu o processo licitatório antes mesmo que o Congresso aprovasse crédito suplementar para demarcação. Hoje, a área está interditada e os pilares de concreto que delimitam a reserva já estão sendo colocados no meio da floresta.

"A reserva ianomami não é mais importante do que as outras. Mas é um marco da garantia das conquistas indígenas", afirma Possuelo. Emocionado com o anúncio oficial da demarcação, o presidente da Funai chegou a sentir-se mal na cerimônia nos jardins do Palácio da Alvorada, só perturbado por mosquitos que infestavam local.

JOSÉ LUTZENBERGER

Um colecionador de inimigos em defesa da Terra

Ao longo destes dois anos na Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, José Lutzenberger colecionou grandes e pequenas inimizadas. Pouco afeito a rotina do poder público, o ecologista apostou na simpatia que o presidente Fernando Collor lhe devota para ignorar os colegas de primeiro escalão e fincar pé nas suas posições sobre o que pode ou não prejudicar a preservação do planeta Terra, ou como ele preferir dizer. "Gaia, o planeta vivo".

Sem medir as armas com seus oponentes, Lutzenberger teve um de seus primeiros desentendimentos com a até então toda poderosa ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Indignado com a falta de recursos para tocar os projetos da secretaria decretada pela ex-ministra com o contingenciamento do orçamento, o secretário do Meio Ambiente não se convencia da "lógica econômica" ado-



Ecologista para Vaz é palavra

tada pelo governo. Zélia caiu, e Lutzenberger arrumou outros desafetos.

Entre eles, o mais assíduo rival é o ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antônio Cabrera, com quem até hoje o secretário não conseguiu se acertar. No confronto com Cabrera, Lutzenberger disputa a questão do registro e uso dos agrotóxicos e a definição das bases da política agrícola no país. Escri-

tor de livros em que não media as palavras para condenar o programa nuclear brasileiro, o ecologista no governo encontrou nos militares outro ponto de discordância.

Com insistência, levou a discussão ao Palácio do Planalto e acabou sendo fotografado ao lado do presidente Fernando Collor jogando uma pá de cal num buraco na base aérea de Cachimbo no Sul do Pará, onde cogitava-se poder acontecer experiências com artefatos nucleares. Até o dia 15 de novembro do ano passado, o secretário do Meio Ambiente disputou novamente com os militares o apoio do presidente. Naquele dia, o ambientalista também saiu satisfeito e novamente pode ser fotografado com Collor durante a solenidade que autorizou a demarcação da reserva indígena ianomami nos estados do Amazonas e Roraima.

Antes disso, porém, Lutzenberger somou ao seu anedotário uma discussão transatlântica com o ex-chefe do Comando Militar da Amazônia, general Thaumaturgo Sotero Vaz. Da Europa, o secretário trocou insultos com o militar que, de Manaus, havia xingado e ameaçado de "portada" os ecologistas que ousassem invadir a floresta amazônica.

Arquivo - 26/1/1992